

EXTRAÇÃO DE MADEIRA PODE SER SUSPENSA

MP vai pedir suspensão do edital que concedeu direito de exploração à iniciativa privada no Pará

A licitação para a concessão de exploração de madeira pela iniciativa privada na Floresta Nacional de Tapajós, no Pará, poderá ser suspensa pela Justiça. Segundo informação do procurador da República em Santarém, Felício Pontes Júnior, a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público vão pedir nesta semana a suspensão do edital de licitação publicado pelo Ibama.

A entidade ambientalista Amigos da Terra Programa Amazônia havia encaminhado uma representação ao procurador apontando problemas no edital. A principal irregularidade do processo, segundo o procurador, é o fato de o Eia-Rima, que avalia as consequências ambientais da exploração de madeira, não ter sido submetido à apreciação

do Conselho Estadual de Meio Ambiente, como determina a lei.

Para os ambientalistas, além de favorecer a entrada de madeiras estrangeiras (leia-se asiáticas) na concorrência, uma vez que as empresas locais não têm estrutura para explorar mil hectares por ano, o edital delega ao governo todos os custos do processo e garante à empresa vencedora da licitação apenas os benefícios. O edital confere à madeira explorada na Flona preços semelhantes aos cobrados por madeireiros ilegais.

O presidente do Ibama, Eduardo Martins, disse que se a suspensão do edital for decidida, o órgão irá recorrer. "Espero que a decisão judicial não prejudique este instrumento que é fundamental para a solução

do problema florestal da Amazônia." Segundo ele, o projeto em questão é demonstrativo e, no futuro, as empresas privadas não ficarão apenas com os benefícios, terão de arcar também com os custos.

Outro problema apontado é que os 5 mil hectares que estão sendo licitados incluem uma área de 1,3 mil ha onde vivem, há mais de 150 anos, as comunidades extrativistas e pescadoras, Piquiatuba e Marituba, com 10 mil famílias.

O presidente do Ibama reconheceu a gravidade do problema e, na semana passada, assinou um documento se comprometendo a apresentar como alternativa à licitação uma outra área de 1,3 mil ha para que as comunidades não sejam prejudicadas. "Não vamos permitir a

exploração de madeira nessa área de sobreposição", afirmou Martins.

Ele disse, entretanto, que não fará novo edital e isso quer dizer que, apesar do compromisso firmado, legalmente a área em questão já está em leilão e a empresa vencedora terá o direito de explorá-la, apesar da presença das comunidades locais.

Para os ambientalistas, o modelo de exploração florestal que está sendo proposto pelo Ibama é contrário ao desenvolvimento sustentável.

"O governo está apenas contratando uma empresa para retirar madeira de uma área. Isso não é manejo", avalia Roberto Smeraldi, membro da Amigos da Terra Programa Amazônia.

Patrícia Ferraz
Colaborou Carlos Mendes

26/8/97
JT
174